

A Soberania de Deus e a Oração

Arthur W. Pink

*Se pedirmos alguma coisa segundo a sua vontade, ele nos ouve.
1 João 5.14*

Por todo este livro, nosso principal propósito tem sido exaltar o Criador e humilhar a criatura. A tendência quase universal hoje em dia é a de magnificar o homem e desonrar e degradar a Deus. A todo instante verifica-se que, quando os assuntos espirituais estão sendo debatidos, os homens insistem sobre o lado e o elemento humanos; e o lado divino, quando não é totalmente ignorado, é relegado a segundo plano. Isso se aplica a considerável parcela dos ensinamentos modernos concernentes à oração. Na grande maioria dos livros escritos e dos sermões pregados acerca da oração, o elemento humano domina o cenário quase completamente; fala-se das condições que *nós* devemos preencher, das promessas que *nós* devemos “reivindicar”, das coisas que *nós* devemos fazer, para que os nossos pedidos sejam atendidos, mas as exigências de Deus, os direitos de *Deus*, a glória de *Deus* são freqüentemente deixados de lado.

Como exemplo típico do que está sendo divulgado hoje em dia, submetemos ao leitor um breve editorial (intitulado “Oração ou Fatalidade?”) que apareceu recentemente em um importante semanário religioso.

Deus, em sua soberania, ordenou que os destinos dos homens possam ser modificados e moldados pela vontade do homem. Este é o âmago da verdade de que a oração muda as coisas, ou seja, que Deus muda as coisas quando os homens oram. Alguém expressou isso de maneira admirável, nos seguintes termos: “Há certas coisas que sucederão na vida de um homem, quer ele ore, quer não. Há outras coisas que acontecerão se ele orar e que não acontecerão se ele não orar”. Um cristão ficou de tal modo impressionado com essas afirmações, que, ao entrar em um escritório comercial, orou que o Senhor lhe desse a oportunidade de falar sobre Cristo a alguém, tendo em vista que as condições seriam favoráveis devido à sua oração. Então, sua mente se ocupou com outras coisas e acabou esquecendo-se de sua oração. Teve a oportunidade de falar de Cristo ao negociante com o qual estava conversando, mas não aproveitou a ocasião, e somente quando saía é que lembrou-se da oração e da resposta divina. Ele prontamente voltou e começou a conversar com o negociante, o qual, apesar de ser membro de uma igreja evangélica, nunca havia sido inquirido se era salvo ou não. Dedicemo-nos à oração, abrindo assim o caminho para que Deus mude as coisas. Cuidado para que não sejamos virtualmente fatalistas, deixando de exercer, através da oração, as disposições que nos chegam da parte de Deus.

Essa citação ilustra o que hoje em dia se ensina sobre o tema da oração; e o mais deplorável é que dificilmente uma voz se levanta em protesto. Dizer que “os destinos dos homens podem ser mudados e moldados *pela vontade do homem*”

é crassa heresia; não há outra maneira de descrever tal aberração. Se alguém contestar essa classificação, nós o desafiamos a descobrir qualquer descrente que não concorde com ela, e estamos certos de que nenhum será encontrado. Dizer que “Deus *ordenou* que os destinos dos homens podem ser mudados e moldados pela vontade do homem” é algo completamente falso. O destino humano é decidido, *não* pela “vontade do homem”, e, sim, pela vontade de Deus. O que determina o destino do homem é se o homem nasceu de novo ou não, porquanto está escrito: “Se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus” (Jo 3.3). E qualquer dúvida, se é a vontade de Deus ou a vontade do homem a responsável pelo novo nascimento, é esclarecida, de forma inequívoca, em João 1.13: “Os quais não nasceram do sangue, *nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus*”. Dizer que o destino humano pode ser *mudado* pela vontade do homem é tornar *suprema* a vontade da criatura, o que virtualmente significa *destronar a Deus*. Mas, que dizem as Escrituras? Que elas respondam: “O SENHOR o que tira a vida e a dá; faz descer à sepultura e faz subir. O SENHOR empobrece e enriquece; abaixa e também exalta. Levanta o pobre do pó e desde o monturo exalta o necessitado, para o fazer assentar entre os príncipes, para o fazer herdar o trono de glória” (1 Sm 2.6-8).

Voltando ao editorial citado anteriormente, lemos: “Este é o âmago da verdade de que a oração muda as coisas, ou seja, que Deus muda as coisas quando os homens oram”. Em quase todos os lugares para onde se vai, hoje em dia, vêem-se cartazes com a seguinte declaração: “A Oração Muda as Coisas”. O significado que se quer emprestar a essas palavras vê-se com clareza na atual literatura sobre a oração — *nós* temos de persuadir Deus a *mudar* o seu propósito. Quanto a isso, adiante diremos mais alguma coisa.

Diz-nos ainda o editorial: “Alguém expressou isso de maneira admirável, nos seguintes termos: ‘Há certas coisas que sucederão na vida de um homem, quer ele ore, quer não’. Que certas coisas sucedem, quer a pessoa ore, quer não, é diariamente exemplificado na vida dos não-regenerados, e a maior parte deles nunca ora. Mas a afirmativa de que ‘Há outras coisas que acontecerão se ele orar’ precisa ser definida. Se um crente orar com fé e pedir coisas que estão de acordo com a vontade de Deus, certamente obterá aquilo que pediu. Da mesma forma, que outras coisas acontecerão se ele orar também é verdade no que diz respeito aos benefícios resultantes da oração: Deus se tornará mais real para quem orar, e suas promessas tornar-se-ão mais preciosas. Que outras coisas “não acontecerão se ele não orar” é verdadeiro quanto vida da própria pessoa — vida sem oração é uma vida desfrutada sem a comunhão com Deus e com tudo quanto está envolvido nessa falta de comunhão. Porém, afirmar que, se não orarmos, Deus não cumprirá o seu eterno propósito é incorrer em grande erro, porque o mesmo Deus que decretou os fins também decretou os meios pelos quais suas finalidades serão alcançadas; e um desses meios é a oração. Quando Deus determina conceder uma bênção, também outorga o espírito de súplica que Lhe solicita essa mesma bênção.

O exemplo citado no editorial (o caso do obreiro e do negociante) é muito infeliz. Segundo os termos da ilustração, a oração do obreiro não foi respondida de modo algum, visto que, conforme parece, não foi aberto o caminho para este falar ao negociante acerca de sua alma. Entretanto, quando já deixava o

escritório, ao lembrar-se da oração feita, o obreiro (talvez por motivo carnal) resolveu responder a oração *por si mesmo* e, ao invés de permitir que o Senhor lhe “abrisse a oportunidade”, tomou o caso em suas próprias mãos.

Citamos agora um trecho de um dos últimos livros publicados sobre a oração, no qual o autor declara: “As possibilidades e a necessidade da oração, seu poder e seus resultados se manifestam no refrear e *alterar os propósitos de Deus* e no aliviar o impacto do seu poder”. Uma afirmação tal como esta é uma horrível consideração sobre o caráter do Deus Altíssimo, o qual, “segundo a sua vontade..., opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?” (Dn 4.35). Não há a *mínima necessidade* de Deus modificar os seus desígnios ou alterar os seus propósitos, e isso por uma razão mais do que suficiente: foram elaborados sob a influência de perfeita bondade e de infalível sabedoria. Os *homens* podem ter motivos para alterarem os seus propósitos, porquanto, em sua pequena capacidade de ver as coisas, são incapazes de antecipar o que pode suceder *depois* de traçados os seus planos. Com Deus, entretanto, não é assim, pois Ele conhece o fim desde o princípio. Afirmar que Deus altera os seus propósitos ou é impugnar a sua bondade, ou é negar a sua eterna sabedoria.

No mesmo livro, lemos ainda: “As orações dos santos de Deus são o patrimônio, no céu, por meio do qual Cristo leva adiante a sua grande obra sobre a terra. Os grandes espasmos e as poderosas convulsões que há na terra resultam dessas orações. O mundo é alterado, revolucionado; os anjos se movimentam com vôos mais poderosos e mais rápidos; *a política de Deus* é moldada na medida em que as orações se tornam mais numerosas, mais eficientes”. Se possível, esse trecho é ainda pior que o anterior, e não hesitamos em declarar que foi escrito em desafio ao ensino bíblico. Em primeiro lugar, nega diretamente Efésios 3.11, que se refere ao “eterno propósito” de Deus. Se o propósito de Deus é eterno, segue-se que sua “política” *não* está sendo “moldada” em nossos dias. Segundo, contradiz o trecho de Efésios 1.11, o qual declara expressamente que Deus “faz todas as cousas conforme o conselho da sua vontade”. Segue-se, pois, que a “política de Deus” *não* está sendo “moldada” pelas orações dos homens. Terceiro, uma asserção como essa dá posição de supremacia à vontade da criatura humana, porque, se as *nossas* orações moldam a política de *Deus*, então o Altíssimo está subordinado aos vermes da terra. Com exatidão perguntou o Espírito Santo, através do apóstolo: “Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro?” (Rm 11.34).

Os pensamentos mencionados acima, sobre a oração, são frutos de conceitos mesquinhos e inadequados quanto à pessoa de Deus. Deve ser óbvio que pouco ou nenhum consolo se pode alcançar em orar a um Deus que é como um camaleão, que muda diariamente de cor. Que encorajamento poderia haver em elevarmos diariamente o coração a um ser cuja atitude de ontem já não é a de hoje? Que vantagem haveria em mandarmos uma petição a um monarca terreno, se soubéssemos ser ele tão mutável, que atende petições em um dia, somente para revogá-las no dia seguinte? Não é a *imutabilidade* de Deus nosso maior encorajamento para *orarmos*? Visto que Deus não sofre “variação ou sombra de mudança” temos a certeza de que seremos ouvidos. Mui correta foi a observação de Lutero: “Orar não é vencer a relutância de Deus, mas é apropriar-se do benelácito dEle”.

Isso nos leva a fazer algumas observações quanto ao *desígnio* da oração. *Por que* ordenou Deus que orássemos? A vasta maioria das pessoas responderia: a fim de obtermos de Deus as coisas que necessitamos. Mas, embora este seja um dos propósitos da oração, não é o principal, sob hipótese alguma. Além disso, esse ponto de vista considera a oração somente pela perspectiva humana, quando há tremenda necessidade de considerá-la pelo lado *divino*. Examinemos, portanto, algumas das razões por que *Deus* nos mandou que orássemos.

Em primeiro e máximo lugar, a oração foi instituída para que o próprio Senhor Deus seja *honrado*. Deus requer que reconheçamos que Ele é, de fato, “o Alto, o Sublime, que habita a eternidade” (Is 57.15). Deus requer que reconheçamos o seu *domínio universal*. Quando Elias orou para que chovesse, reconheceu que Deus exerce controle sobre os elementos da natureza; ao orarmos que Deus liberte um miserável pecador da ira vindoura, reconhecemos que “ao SENHOR pertence a salvação!” (Jn 2.9); ao suplicarmos que Ele abençoe a pregação do evangelho até aos confins da terra, declaramos que Ele é quem rege o mundo inteiro.

Além disso, Deus requer que O *adoremos*. A oração, a verdadeira oração, é um ato de adoração. Assim é, pois a oração consiste em prostrar-se a alma perante Ele; a oração é o invocar o grandioso e santo nome de Deus; a oração é o reconhecimento da bondade, do poder, da imutabilidade e da graça de Deus; também é o reconhecimento da soberania divina, confessada quando nossa vontade se submete à dEle. E de elevada significação notarmos, a esse respeito, que Cristo não chamou o templo de Jerusalém de Casa de Sacrifício, e, sim, de Casa de Oração.

Igualmente, a oração *redunda na glória de Deus*, pois, ao orarmos, reconhecemos que dependemos dEle. Ao dirigirmos humildemente as nossas súplicas a Deus, nos entregamos ao seu poder e à sua misericórdia. Ao buscarmos bênçãos da parte de Deus, reconhecemos que ele é o Autor e a Fonte de toda boa dádiva e todo dom perfeito. Que a oração glorifica a Deus também se vê no fato que ela promove o exercício da fé. E nada, da nossa parte, honra e agrada tanto a Deus como a confiança que Lhe votam os nossos corações.

Em segundo lugar, a oração foi designada por Deus a fim de ser uma *bênção espiritual para nós*, um meio para o nosso *crescimento na graça*. Quando procuramos entender o *desígnio* da oração, isso deve sempre nos impressionar, ao invés de considerarmos a oração como um mero instrumento pelo qual obtemos o suprimento de nossas necessidades. A oração foi planejada por Deus para nos *humilhar*. A oração autêntica consiste em chegarmos à presença de Deus, tendo consciência de sua sublime majestade, o que produz em nós o reconhecimento de nossa insignificância e indignidade. Também, a oração foi destinada por Deus para o *exercício* de nossa fé. A fé é gerada pela Palavra (Rm 10.17), mas é exercida quando oramos. Por isso é que lemos sobre a “oração da fé”. Da mesma forma, a oração aciona o *amor*. No tocante ao hipócrita, indaga-se: “Deleitar-se-á o perverso no Todo-poderoso e invocará a Deus em todo o tempo?” (Jó 27.10). Porém, os que amam o Senhor não podem ficar muito tempo longe dEle, porque se *deleitam* em falar-Lhe dos seus pesares. Além de despertar nosso amor, as respostas diretas, concedidas às nossas preces, incrementam nosso amor a Deus:

“Amo o SENHOR, porque ele ouve a minha voz e as minhas súplicas” (Sl 116.1). E há mais: a oração foi designada por Deus para nos ensinar o *valor* das bênçãos que procuramos da parte dEle, o que nos dá ainda maior regozijo, quando Ele nos concede aquilo que pedimos.

Em terceiro lugar, a oração foi *designada* por Deus a fim de que procuremos, da parte dEle, as coisas de que precisamos. Mas, pode surgir aqui uma dificuldade para quem leu cuidadosamente os primeiros capítulos deste livro. Se Deus predestinou tudo quanto acontece na história, desde antes da fundação do mundo, qual é a utilidade da oração? Se é verdade que “dele, e por meio dele, e para ele são todas as cousas” (Rm 11.36), então, por que orar? Antes de respondermos diretamente a essas perguntas, devemos salientar que há um justo motivo para a indagação: Qual é a utilidade de chegar-se alguém a Deus para dizer-Lhe aquilo que Ele já sabe? Para que eu Lhe apresentaria a minha necessidade, se Ele já tem conhecimento do que preciso? E também há motivos para a objeção: Qual é o valor da oração por alguma coisa, se tudo já foi predestinado por Deus? A oração não tem o propósito de dar informações a Deus, como se Ele ignorasse as coisas. O Salvador declarou expressamente: “Porque Deus, vosso Pai, sabe o de que tendes necessidade, antes que lho peçais” (Mt 6.8). A finalidade da oração é expressar a Deus nosso reconhecimento pelo fato que Ele já sabe aquilo que necessitamos. A oração jamais se destinou a proporcionar a Deus o conhecimento daquilo que precisamos; antes, visa a ser o meio de Lhe confessarmos nosso senso da necessidade que temos. Nisto, como em tudo o mais, os pensamentos de Deus não são os nossos pensamentos. Deus requer que as suas dádivas sejam buscadas. Seu desígnio é ser Ele *honrado* através de nossas petições e ser Ele o alvo de nossa *gratidão*, depois de haver concedido as bênçãos que buscávamos.

Entretanto, a pergunta ainda exige resposta: Se Deus predestinou tudo quanto sucede e regula todos os acontecimentos, não será a oração um exercício sem nenhum proveito? Uma resposta suficiente para essa pergunta é o fato que Deus nos *manda* orar: “Orai sem cessar” (1 Ts 5.17). E também temos “o *dever* de orar sempre e nunca esmorecer” (Lc 18.1). E mais ainda, as Escrituras declaram que “a oração da fé salvará o enfermo”, e também: “Muito pode, por sua eficácia, a súplica do justo” (Tg 5.15,16). E o Senhor Jesus Cristo — nosso perfeito exemplo em todas as coisas — foi, preeminentemente, um homem de oração. E claro, pois, que a oração não é sem significado e poder. Mas isso ainda não *remove* a dificuldade nem *responde* à pergunta em foco. Qual é, pois, a *relação* entre a soberania divina e a prece feita por um crente?

Em primeiro lugar, diríamos enfaticamente que a oração *não tem a finalidade de alterar* os desígnios de Deus, nem de movê-lo a formular novos propósitos. Deus já decretou que certas coisas hão de suceder, mas também decretou que sucederão através dos meios que Ele mesmo determinou para levá-las a efeito. Deus escolheu certas pessoas para a salvação, mas também decretou que sejam salvas através da pregação do evangelho. O evangelho, pois, é um dos meios determinados para a concretização do conselho eterno do Senhor. A oração é outro desses meios. Deus decretou os fins, mas igualmente os meios, e entre esses está a oração. Até as orações do seu povo fazem parte dos seus decretos eternos. Portanto, longe de serem vãs, as orações são instrumentos, entre outros, por meio dos quais Deus cumpre os seus decretos. “Se, na verdade, tudo

sucede pelo cego acaso ou por necessidade fatal, não haveria qualquer eficácia moral nas orações, e nenhuma utilidade; mas, sendo reguladas pela orientação da sabedoria divina, as orações têm um lugar na ordem dos acontecimentos” (Haldane).

As Escrituras ensinam claramente que as orações em favor das coisas decretadas por Deus *não* são destituídas de significado. Elias *sabia* que Deus estava prestes a conceder chuva, mas isso não o impediu de dedicar-se à oração. Daniel entendeu, pelos escritos dos profetas, que o cativo não haveria de durar mais de setenta anos. Mas, quando esse período já chegava ao fim, a Bíblia relata que ele voltou o “rosto ao Senhor Deus, para o buscar com oração e súplicas, com jejum, pano de saco e cinza” (Dn 9.2,3). Deus disse ao profeta Jeremias: “Eu é que sei que pensamentos tenho a vosso respeito, diz O SENHOR, pensamentos de paz e não de mal, para vos dar o fim que desejais”. Porém, ao invés de acrescentar que não havia nenhuma necessidade do profeta solicitar essas coisas, determinou-lhe: “Então me invocareis, passareis a orar a mim, e eu vos ouvirei” (Jr 29.11,12).

Lemos também, em Ezequiel 36, evidentes, positivas e incondicionais promessas feitas por Deus quanto à futura restauração de Israel. Todavia, o versículo 37 declara: “Assim diz O SENHOR Deus: Ainda nisto permitirei que *seja eu solicitado* pela casa de Israel, que lhe multiplique eu os homens como rebanho”. Eis, pois, o *desígnio* da oração: não para que seja *alterada* a vontade do Senhor, mas, antes, para que seja ela *cumprida*, dentro do prazo e dos meios estabelecidos por Ele. Visto que Deus *prometeu* certas coisas, podemos pedi-las com plena certeza de fé. Faz parte do propósito de Deus que sua vontade se realize através dos meios por Ele determinados e que possa Ele fazer o bem a seu povo, segundo as suas condições, a saber, pelos “meios” e “condições” da petição e da súplica. Porventura o Filho de Deus não *sabia* com certeza que depois de sua morte e ressurreição *seria* exaltado pelo Pai? Certamente o sabia. Contudo, Ele *pediu* exatamente isso: “E agora, glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, antes que houvesse mundo” (Jo 17.5)! Não sabia Cristo que nenhum dos seus poderia perecer? Mas, apesar disso, pediu ao Pai que os guardasse (Jo 17.11)!

Finalmente, deve-se dizer que a vontade de Deus é imutável, não podendo ser alterada por nossos clamores. Quando a mente divina não se inclina a fazer o bem a determinado povo, a vontade dEle não pode ser alterada através das mais fervorosas e importunas orações, até mesmo daqueles que desfrutaram da maior comunhão com ele — “Disse-me, porém, o SENHOR: Ainda que Moisés e Samuel se pusessem diante de mim, meu coração não se inclinaria para este povo; lança-os de diante de mim, e saiam” (Jr 15.1). A oração de Moisés para entrar na Terra Prometida é um caso semelhante.

Nossos pontos de vista sobre a oração carecem de revisão para se harmonizarem com os ensinamentos das Escrituras, quanto a esse aspecto. Parece que a idéia que atualmente prevalece é esta: apresento-me a Deus para *pedir* algo que quero e passo a ter a certeza de que Ele me dará aquilo que Lhe pedi.

Porém, essa é uma idéia que avilta e degrada a Deus. As crenças populares reduzem Deus à função de servo, *nosso* servo — cumprindo nossas ordens,

executando nossa vontade, atendendo nossos desejos. Não! Orar é vir a Deus, contando-Lhe a minha *necessidade*, entregando-Lhe os meus caminhos, deixando-O agir conforme melhor Lhe aprouver. Isto torna minha vontade sujeita à dEle, ao invés de, como no caso anterior, procurar que a vontade dEle se sujeite à minha. Nenhuma oração agrada a Deus se não for movida pelo espírito que diz: “Não se faça a minha vontade, e, sim, a tua” (Lc 22.42). “Quando Deus concede bênçãos àqueles que oram, não o faz por causa das orações deles, como se Ele tivesse sido influenciado e mudado por elas; é por causa de Si mesmo, por sua própria vontade e beneplácito soberanos. Se alguém perguntar: Qual, pois, é o propósito da oração?, a resposta deve ser: esse é o meio e o método que Deus ordenou para transmitir a seu povo as bênçãos de sua própria bondade. Porque, embora tenha determinado, provido e prometido as bênçãos, Ele deseja que Lhe sejam solicitadas; é nosso dever e privilégio pedilas. Quando os crentes são abençoados com o espírito de súplica, isso prediz coisas boas, e parece provável que Deus tem em mira conceder essas boas coisas, as quais sempre devem ser pedidas com a atitude de submissão à vontade de Deus, dizendo-se: ‘*Não se faça a minha vontade, e, sim, a tua*’” (John Gill).

A distinção que acaba de ser notada tem grande importância prática em relação à nossa paz de coração. Talvez nada há que deixe os crentes tão perplexos como o problema das orações *não* respondidas. Eles pediram algo da parte de Deus; segundo a sua capacidade de discernir as coisas, acham que pediram com fé, crendo que receberiam aquilo que era alvo de suas súplicas ao Senhor; pediram com seriedade, por repetidas vezes, *mas* a resposta não veio. Em muitos casos, o resultado é que vai diminuindo a confiança na eficácia da oração, até que a esperança termina por ceder lugar ao desespero, quando, então, já não buscam mais o trono da graça. Não é assim que acontece?

Ora, os nossos leitores ficariam surpresos se disséssemos que *cada* oração confiante e verdadeira, apresentada a Deus *já* foi respondida? Sem hesitação o afirmamos. Porém, ao assim dizermos, precisamos voltar à nossa própria definição de oração. Repetiremos: Orar é vir perante Deus, contando-Lhe a nossa *necessidade* (ou a necessidade de outrem), entregando-Lhe os nossos caminhos, deixando-O agir conforme melhor Lhe aprouver. Isso deixa nas mãos de Deus o responder à oração do modo que Lhe agrada; e, por muitas vezes, sua resposta pode ser exatamente o oposto daquilo que seria mais aceitável à carne. Porém, se *realmente* tivermos deixado nas mãos de Deus a nossa necessidade, não deixará de haver *resposta* da parte dEle. Examinemos dois exemplos.

Em João 11, lê-se acerca da enfermidade de Lázaro. O Senhor Jesus o amava, mas achava-se ausente de Betânia. As irmãs do enfermo mandaram um mensageiro ao Senhor, para informá-Lo sobre o estado de Lázaro. Notemos, especialmente, *como* formularam o apelo: “Senhor, está enfermo aquele a quem amas”. Apenas isso. Não pediram que Jesus curasse a Lázaro. Não pediram que Ele se apressasse a vir a Betânia. Simplesmente Lhe apresentaram a sua necessidade, deixando o caso aos cuidados dEle, permitindo que Ele agisse conforme Lhe parecesse melhor! Qual foi a resposta do Senhor? Respondeu-lhes o silencioso apelo? Com certeza Ele o respondeu, embora talvez não do modo como esperavam. Sua resposta foi demorar-se “dois dias no lugar onde estava” (Jo 11.6), permitindo que Lázaro falecesse! O caso, porém, não parou aí. Mais

tarde, Jesus foi a Betânia e ressuscitou a Lázaro. Nossa finalidade, ao mencionarmos esse incidente, é ilustrar a atitude correta que o crente deve assumir perante Deus, na hora da necessidade. O próximo exemplo dará ênfase ao método de Deus para responder às necessidades de seus filhos.

Abra sua Bíblia em 2 Coríntios 12. Ao apóstolo Paulo fora conferido um privilégio inédito. Ele havia sido arrebatado ao paraíso. Os seus ouvidos ouviram e os seus olhos contemplaram o que nenhum outro ser humano já vira ou ouvira nesta vida. A maravilhosa revelação foi mais do que o apóstolo poderia suportar. O perigo era o de ensoberbecer-se pela extraordinária experiência. Por isso, foi-lhe posto um espinho na carne, mensageiro de Satanás, para esbofetear-lo, a fim de que ele não se exaltasse. Então, Paulo deixou na presença do Senhor a sua necessidade; por três vezes rogou ao Senhor que *afastasse* dele o espinho na carne. Essa oração foi respondida? Sim, embora não segundo a maneira desejada por Paulo. O “espinho” não foi removido, mas ao apóstolo foi concedido graça para suportá-lo. O fardo não foi retirado, mas Paulo recebeu forças para carregá-lo.

Haverá quem objete que é nosso privilégio fazer algo mais do que meramente deixar nossa necessidade perante Deus? Haverá quem nos lembre que Deus, por assim dizer, nos deu um cheque em branco, convidando-nos a preenchê-lo? Haverá quem diga que as promessas divinas abrangem tudo e que podemos *pedir ao Senhor o que quisermos*? Nesse caso, também precisamos chamar atenção para o fato que é mister comparar a Escritura com a própria Escritura para que conheçamos a plena vontade de Deus em qualquer questão; e que, ao assim fazermos, descobriremos que Deus *condicionou* as suas promessas, ao dizer: “Se pedirmos alguma coisa segundo *a sua vontade*, ele nos ouve” (1 JO 5.14). A verdadeira oração é a comunhão com Deus, de tal maneira que surgem pensamentos comuns à mente dEle e à nossa, O que necessitamos é que Ele nos encha o coração com os pensamentos dEle; e então os desejos dEle serão *nossos*, a fluir em direção a Ele. Aqui, pois, está o ponto de encontro entre a soberania de Deus e a oração cristã: se pedirmos alguma coisa segundo *a sua vontade*, Ele nos ouve; mas, se *não* Lhe pedirmos assim, *não* nos ouve. E, conforme disse Tiago: “Pedis e não recebeis, *porque pedis mal*, para esbanjardes em vossos prazeres” (Tg 4.3).

Mas, não disse o Senhor Jesus a seus discípulos: “Em verdade, em verdade vos digo, se pedirdes alguma coisa ao Pai, ele vo-la concederá em meu nome” (Jo 16.23)? Sim, disse. Mas essa promessa não concede carta branca àqueles que oram. Essas palavras de nosso Senhor estão em perfeito acordo com as do apóstolo João: “Se pedirmos alguma coisa segundo a sua vontade, ele nos ouve”. O que vem a ser pedir “em nome de Cristo”? Certamente é muito mais do que mera fórmula de oração, mais do que simplesmente concluir nossas súplicas com as *palavras* “em nome de Jesus”. Solicitar algo de Deus, em nome de Cristo, quer dizer solicitar-lhe algo em harmonia com a natureza de Cristo! Pedir algo a Deus em nome de Cristo é como se o próprio Cristo estivesse formulando a petição. *Só podemos pedir a Deus aquilo que Cristo pediria*. Pedir em nome de Cristo, pois, significa *deixar de lado* nossa vontade própria, aceitando a vontade de Deus!

Ampliemos agora nossa definição de oração. O que é oração? Oração não é tanto um ato, mas uma *atitude* — atitude de *dependência*, dependência de Deus. Orar é uma confissão feita pela criatura, reconhecendo sua própria fraqueza, sua total incapacidade. Orar é reconhecer nossa necessidade e expô-la diante de Deus. Não estamos dizendo que isto é tudo que está envolvido na oração; não é. Apenas dizemos que esse é o elemento essencial e primário da oração. Reconhecemos, sem hesitação, que somos totalmente incapazes de dar uma definição completa da oração no espaço de uma breve frase ou até mesmo no âmbito de qualquer número de palavras. A oração é tanto uma atitude como um ato, um ato humano; todavia, há também o elemento divino, e é isso que impossibilita fazer uma análise exaustiva, o que, aliás, seria uma irreverente tentativa. Ainda que reconheçamos isso, voltamos a insistir em que a oração é, fundamentalmente, uma atitude de dependência de Deus. Por conseguinte, a oração é o oposto de *imposição* a Deus. Visto que a oração é uma atitude de dependência, aquele que realmente ora é *submisso*, submisso à vontade divina; e submissão à vontade divina quer dizer que ficamos satisfeitos quando o Senhor supre nossas necessidades de acordo com os ditames de seu soberano beneplácito. E por essa razão que dizemos que *toda oração* feita a Deus *com esse espírito* traz a certeza de receber resposta da parte dEle.

Aqui, pois, encontramos resposta para nossa pergunta inicial, bem como a solução bíblica para a aparente dificuldade. A oração não consiste em insistir, do Senhor Deus, para que Ele altere seus propósitos ou formule novos propósitos. Orar é assumir uma atitude de dependência para com Deus, é expor-Lhe a nossa necessidade, é pedir-Lhe coisas que estejam em conformidade com a sua vontade; não há, pois, absolutamente nada que seja *incoerente* entre a soberania divina e a oração cristã.

Ao encerrar este capítulo, queremos proferir uma palavra de advertência, a fim de evitar que o leitor tire uma conclusão falsa daquilo que foi dito. Não temos procurado resumir todo o ensino bíblico acerca desse assunto, nem temos procurado discutir, de modo geral, o *problema* da oração. Pelo contrário, temos confinado nossa atenção, mais ou menos, a uma consideração sobre o *relacionamento* entre a soberania de Deus e a oração cristã. O que escrevemos acima tenciona ser, principalmente, um protesto contra certos aspectos de ensinamentos modernos que ressaltam a tal ponto o elemento *humano* na oração, que o lado divino quase se perde inteiramente de vista.

Lemos, em Jeremias 10.23: “Eu sei, Ó SENHOR, que não cabe ao homem determinar o seu caminho, nem ao que caminha o dirigir os seus passos” (compare Pv 16.9). O homem, entretanto, em muitas de suas orações, propõe-se, irreverentemente, a dirigir o Senhor quanto ao caminho que *Ele* deve seguir, quanto àquilo que *Ele* deve fazer, dando a entender até mesmo que, se o homem fosse o responsável pelos acontecimentos do mundo e da igreja, modificaria totalmente as coisas. Isso é algo inegável; porque qualquer pessoa dotada de um pouco de discernimento espiritual não deixaria de perceber tal atitude em muitas reuniões de oração onde impera a carne. Quão lentos somos todos nós em aprender a lição de que a criatura ativa precisa ser posta de joelhos, humilhada até ao pó. *É exatamente nessa situação que o próprio ato da oração procura colocar-nos.* Mas o homem, com sua usual perversidade, transforma o escabelo em trono, de onde procura dirigir o Deus Altíssimo quanto àquilo que

Ele *deveria* fazer! Isso deixa no espectador a impressão de que, se Deus tivesse a metade da compaixão daqueles que estão orando, logo tudo ficaria em ordem! Tal é a arrogância da velha natureza, até mesmo em um filho de Deus.

Nosso principal propósito, neste capítulo, é salientar a necessidade de submetermos *nossa vontade à vontade de Deus*, em nossas orações. Contudo, também se deve acrescentar que a oração é mais do que um exercício piedoso, sendo muito diferente da realização mecânica de um dever. A oração, na verdade, é um meio escolhido por Deus pelo qual podemos obter dEle o que Lhe pedimos, sob a *condição* de pedirmos coisas que estejam de acordo com a *vontade dEle*. Estas páginas terão sido escritas em vão se não levarem tanto seu autor como seus leitores a instarem com maior zelo do que antes: “Senhor, *ensina-nos a orar*” (Lc 11.1).